



**XIX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

**CADERNO DE PROVA**

**LEIA COM ATENÇÃO AS SEGUINTE INSTRUÇÕES:**

- 1)** A identificação do candidato dar-se-á mediante número da inscrição, lançado à caneta em todas as páginas, pelo próprio candidato, na parte inferior esquerda do CADERNO DE PROVA e FOLHA DE RESPOSTA DA DISSERTAÇÃO, bem como no CARTÃO GABARITO. Não deixe nenhuma marca que possa identificá-lo, exceto o número de inscrição. CADERNO DE PROVA, FOLHA DE RESPOSTA DA DISSERTAÇÃO e CARTÃO GABARITO sem o número de inscrição não serão apreciados para correção pela Comissão.
- 2)** A prova deve ser respondida com caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente.
- 3)** No CARTÃO GABARITO, preencha o número de inscrição cobrindo completamente todo o espaço a ele correspondente, conforme modelo a seguir:

Exemplo: **INSCRIÇÃO Nº 01368**

<b>0</b>	<input type="checkbox"/>									
<b>1</b>	<input type="checkbox"/>									
<b>3</b>	<input type="checkbox"/>									
<b>6</b>	<input type="checkbox"/>									
<b>8</b>	<input type="checkbox"/>									

- 4)** Confira se o CADERNO DE PROVA contém:
  - a)** 40 (quarenta) questões de múltipla escolha da prova objetiva, cada uma com 4 (quatro) assertivas; e
  - b)** 1 (um) tema para dissertação.
- 5)** Confira se a FOLHA DE RESPOSTA DA DISSERTAÇÃO contém espaço destinado à redação sobre o tema proposto, pois a dissertação deve ser escrita em letra legível no espaço correspondente.
- 6)** Assinale apenas 1 (uma) resposta para cada questão objetiva.
- 7)** Preencha o CARTÃO GABARITO cobrindo completamente o espaço correspondente à alternativa, como mostrado abaixo. O preenchimento incorreto pode prejudicar a leitura ótica do cartão.

A  B   D

- 8)** Em nenhuma hipótese haverá substituição do CADERNO DE PROVA, FOLHA DE RESPOSTA DA DISSERTAÇÃO e CARTÃO GABARITO.
- 9)** A dissertação deve ser escrita com extensão entre 20 (vinte) e 30 (trinta) linhas, em que levar-se-ão em conta o conteúdo jurídico correspondente requerido pela questão, a clareza e objetividade na exposição do raciocínio, bem como o domínio do vernáculo, da gramática e da ortografia.



**XIX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

---

**10)** Será atribuída a nota 0,0 (zero) à questão objetiva nos casos de:

- a)** Rasura do CARTÃO GABARITO;
- b)** Marcação de mais de uma resposta para a mesma questão no CARTÃO GABARITO;
- c)** Marcação incorreta no CARTÃO GABARITO da resposta para a questão;
- d)** Marcação das respostas a lápis no CARTÃO GABARITO; e
- e)** Ausência de qualquer marcação para a assertiva no CARTÃO GABARITO.

**11)** Será atribuída nota 0,0 (zero) à dissertação:

- a)** Escrita a lápis na FOLHA DE RESPOSTA DA DISSERTAÇÃO. Serão consideradas apenas respostas à caneta;
- b)** Sem oferta de resposta escrita (em branco). Respostas escritas no CADERNO DE PROVA não serão consideradas para efeito de correção, caso não tenham sido transcritas para a FOLHA DE RESPOSTA DA DISSERTAÇÃO; e
- c)** Respondida incorretamente.

**12)** O candidato não deve riscar, rasurar, amassar, dobrar ou sujar a FOLHA DE RESPOSTA DA DISSERTAÇÃO e CARTÃO GABARITO. A leitura ótica do cartão poderá ficar prejudicada.

**13)** O tempo de duração da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a resolução das questões no CADERNO DE PROVA, a escrita da redação na FOLHA DE RESPOSTA DA DISSERTAÇÃO e a marcação do CARTÃO GABARITO.

**14)** É vedado qualquer tipo de consulta, seja de legislação “seca”, “comentada” ou “anotada”, doutrina, jurisprudência, apostilas, cadernos, fichários etc.

**15)** Não será admitido ao candidato:

- a)** Entrada na sala de provas portando armas, celulares, *paggers*, *laptops*, relógios, calculadoras ou qualquer outro dispositivo eletrônico; e
- b)** Uso de bonés, chapéus ou óculos escuros, exceto se os óculos contiverem grau.

**16)** Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido comunicando-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou se valendo de qualquer outro meio de comunicação fraudulento.

**17)** O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação da prova após 1 (uma) hora de seu início.

**18)** Ao término da prova, o candidato deverá conferir se lançou o número de inscrição no CADERNO DE PROVA, na FOLHA DE RESPOSTA DA DISSERTAÇÃO e no CARTÃO GABARITO. Após a conferência, deverá levantar a mão para comunicar o término ao fiscal e aguardar a autorização para se dirigir até a mesa dos fiscais e devolver os itens da prova.

**19)** O CADERNO DE PROVA será disponibilizado para levar para casa somente no decorrer dos últimos 15 (quinze) minutos anteriores ao horário previsto para o término da prova.

**20)** Após a homologação do certame, todos os documentos dos candidatos, CADERNOS DE PROVA, FOLHAS DE RESPOSTA DA DISSERTAÇÃO e CARTÕES GABARITO serão destruídos.

Boa Vista, 20 de agosto de 2023.



## **CADERNO DE PROVA – QUESTÕES OBJETIVAS**

### **DIREITO PENAL**

**1. Quando a lei diz que “Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”, está se referindo ao princípio da:**

- a) reserva legal.
- b) intervenção mínima.
- c) proporcionalidade da pena.
- d) humanidade.

**2. Sobre a prescrição, é CORRETO dizer que:**

- a) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença condenatória, é regulada pela pena em concreto.
- b) O recebimento da denúncia interrompe a contagem do prazo da prescrição.
- c) Prescrição se refere à perda efetiva de um direito pelo seu não exercício no prazo estipulado.
- d) A prescrição retroativa não tem expressa previsão legal no ordenamento jurídico.

**3. São excludentes de ilicitude:**

- a) legítima defesa e estado de necessidade.
- b) legítima defesa e morte do agente.
- c) estrito cumprimento do dever legal e prescrição.
- d) estado de necessidade e perdão judicial.

**4. Quanto aos crimes contra o patrimônio, é INCORRETO afirmar:**

- a) O agente que subtrai um bem alheio após ameaçar a vítima incorre no crime de roubo.
- b) No estelionato, se o agente for primário e a vantagem ilícita de pequeno valor, o juiz poderá aplicar somente a pena de multa (estelionato privilegiado).
- c) Roubo seguido de morte é chamado de latrocínio.
- d) O furto de energia elétrica não é mais considerado crime pela legislação pátria.

**5. O proprietário de um ferro velho que adquire fios de cobre furtados, sabendo da sua origem, para revendê-los posteriormente, pratica o crime de:**

- a) receptação culposa.
- b) receptação privilegiada.
- c) receptação simples.
- d) receptação qualificada.

**6. Marque a opção CORRETA:**

- a) A violência patrimonial não foi contemplada na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).
- b) A embriaguez ao volante só pode ser provada com o teste do etilômetro (CTB).
- c) De acordo com a Lei nº 8.072/1990, são crimes hediondos, entre outros, roubo com arma de fogo e estupro.
- d) O crime de tortura passou recentemente a admitir fiança (Lei nº 9.455/1997).



**XIX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE  
DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

---

**DIREITO CIVIL**

**7. Sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A lei do país em que nascer a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- b) A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- c) Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.
- d) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

**8. A respeito do domicílio previsto no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- b) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
- c) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo temporário.
- d) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.

**9. Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Cessar, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- b) Compete aos pais, e na falta de um deles ao outro, com exclusividade, representar os filhos menores de dezoito anos, bem como assisti-los até completarem a maioridade ou serem emancipados.
- c) São absolutamente incapazes aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- d) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

**10. Sobre as pessoas jurídicas, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) São pessoas jurídicas de direito privado as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos.
- b) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.
- c) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito público com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.



## **XIX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

---

**d)** A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos.

**11. Assinale a alternativa CORRETA acerca da prescrição e decadência, nos termos do Código Civil:**

- a)** Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela decadência.
- b)** Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença de primeiro grau.
- c)** Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- d)** Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

**12. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a)** A sociedade conjugal termina pela nulidade ou anulação do casamento.
- b)** É anulável o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública, e ineficaz se não lhe seguir o casamento.
- c)** Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.
- d)** Extingue-se o poder familiar pela morte dos pais ou do filho, pela emancipação, pela maioridade, pela adoção, ou por decisão judicial.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**13. A livre investigação da prova e a imparcialidade do juiz na sua direção e apreciação (art. 156, CPP), se referem ao princípio:**

- a)** da presunção de inocência.
- b)** do juiz natural.
- c)** da publicidade.
- d)** da busca da verdade real.

**14. Sobre o inquérito policial, é CORRETO afirmar que:**

- a)** Nos crimes de ação pública incondicionada ele pode ser iniciado de ofício.
- b)** Ofendido e investigado não podem requerer diligências à autoridade policial.
- c)** O delegado deve requerer autorização judicial antes de realizar qualquer perícia.
- d)** Em respeito ao princípio da publicidade, é vedado o sigilo nos inquéritos policiais.

**15. O acordo de não persecução penal – ANPP (art. 28-A, CPP):**

- a)** não é admitido nos crimes de violência doméstica.
- b)** só será cabível se o investigado reparar o dano à vítima.
- c)** é vedado aos agentes beneficiados com outro ANPP nos 6 anos anteriores.
- d)** será formalizado por escrito e firmado pelo Ministério Público, pela vítima e pelo investigado.



**XIX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE  
DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

---

**16. Marque a alternativa CORRETA:**

- a) A competência será, em regra, determinada pelo domicílio ou residência do réu.
- b) O conflito positivo de jurisdição se dá quando dois ou mais juízes se considerarem competentes para atuar no processo.
- c) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição por onde tramita o seu processo, será citado por meio de carta de ordem.
- d) A instrução do processo será iniciada com o interrogatório do acusado.

**17. São benefícios previstos para o réu na Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais):**

- a) transação penal e suspensão condicional do processo.
- b) transação penal e acordo de não persecução penal – ANPP.
- c) suspensão condicional do processo e reparação do dano.
- d) suspensão condicional do processo e comutação de pena.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**18. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- b) Os juízes e os tribunais sempre atenderão à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- c) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- d) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

**19. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Dá-se a conexão entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- b) Reputam-se continentes 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- c) Antes da citação, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu.
- d) A incompetência relativa pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

**20. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O juiz nomeará curador especial ao réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.
- b) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz julgará extinto o processo sem resolução de mérito.
- c) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.



## **XIX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

---

**d)** Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado.

### **21. Assinale a alternativa CORRETA:**

**a)** O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

**b)** O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes apenas na fase de conhecimento, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

**c)** O litisconsórcio será simples quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

**d)** Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio necessário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros.

### **22. Assinale a alternativa CORRETA:**

**a)** A participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

**b)** Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.

**c)** A citação válida, exceto quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.

**d)** É anulável o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

### **23. A respeito dos direitos políticos, assinale a alternativa CORRETA:**

**a)** O voto é obrigatório a partir dos 16 anos.

**b)** Os analfabetos não podem votar.

**c)** Carlos, com 21 anos, desde que atendidas as demais condições de elegibilidade, poderá ser candidato a Governador.

**d)** É condição de elegibilidade, na forma da lei, dentre outras, o domicílio eleitoral na circunscrição.

### **24. Nos termos da Constituição Federal de 1988, são princípios fundamentais da República Federativa do Brasil previstos em seu art. 1º:**

**a)** os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

**b)** a soberania e independência nacional.

**c)** a cidadania e igualdade entre os Estados.

**d)** a dignidade da pessoa humana e repúdio ao terrorismo e ao racismo.



**XIX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

---

**25. O meio ambiente é extremamente importante para o bem-estar de todas as formas de vida na Terra, no entanto, existem inúmeros desafios, como desmatamento, poluição do ar e da água, esgotamento de recursos, dentre outros, que acarretam prejuízo à qualidade de vida.**

**Diante desse panorama, para assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impõe-se constitucionalmente:**

- a) Somente ao Poder Público o dever de preservá-lo, não sendo imposta tal tarefa à coletividade.
- b) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- c) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônios estaduais, não sendo necessária legislação para suas respectivas utilizações.
- d) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei municipal, pois cabe somente ao interesse local as tratativas quanto a uma usina nuclear.

**26. Como se sabe, o Ministério Público é instituição com características relevantes, com caráter permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, havendo princípios institucionais expressos e explícitos previstos na Constituição Federal, dentre os quais não está previsto:**

- a) indivisibilidade.
- b) inamovibilidade.
- c) legitimidade irrestrita.
- d) independência funcional.

**27. A respeito da intervenção, tanto federal quanto estadual, aponte a alternativa CORRETA nos termos da Constituição Federal:**

- a) A intervenção é sempre a regra, sem a necessidade de preenchimento de requisitos expressos.
- b) Em nenhuma hipótese a União poder intervir em Município.
- c) Um Estado da Federação pode intervir em outro Estado, quando atendidos os dispositivos legais e constitucionais.
- d) Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**28. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, tendo como um dos objetivos, garantir que as vagas sejam preenchidas por candidatos qualificados e que atendam aos requisitos específicos do cargo.**

**A respeito do concurso público, com base na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O prazo de validade do concurso é de 4 anos, prorrogável por uma vez, por igual período.



**XIX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

---

- b) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- c) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- d) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

**29. Foram norteados pela Constituição Federal alguns princípios que devem nortear a Administração Pública em suas ações e decisões, os quais estão previstos no art. 37 da Constituição.**

**Um desses é o princípio da legalidade, o qual consiste em:**

- a) impor que a Administração Pública busque o melhor resultado possível com a utilização racional dos recursos públicos.
- b) dispor que a Administração Pública deve atuar de acordo com os comandos legais e constitucionais, de modo a atender a normas legais e obedecer a princípios e regras estabelecidos.
- c) exigir que os atos sejam sigilosos, de modo que exceção seja a publicidade dos atos da administração pública.
- d) determinar que os atos administrativos sejam parciais, de modo a favorecer grupos, especialmente quando há interesses partidários ou pessoais.

**30. A respeito de licitações e considerando a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), assinale qual destas modalidades não está prevista na mencionada Lei:**

- a) Concorrência.
- b) Diálogo competitivo.
- c) Pregão.
- d) Tomada de preços.

**31. Quanto aos bens públicos, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Os bens públicos, independentemente da natureza ou valor, podem ser alienados livremente quando existir conveniência ou oportunidade.
- b) Bens de uso comum do povo são aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- c) Bens de uso especial são os rios, mares, estradas, ruas e praças.
- d) Os bens dominicais constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

**32. Em seu art. 37, § 6º, a Constituição Federal tratou a respeito da responsabilidade civil do Estado. Em relação a esse tópico, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) No exercício de suas funções, em suas atribuições regulares, havendo dano, o servidor público sempre será responsabilizado, independentemente de dolo ou culpa.
- b) No atual ordenamento jurídico foi adotada a teoria da irresponsabilidade do estado, superando as teorias anteriores de responsabilidade objetiva e subjetiva então vigentes em Constituições anteriores.
- c) Com fundamento na Constituição de 88, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.



**XIX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

---

**d)** As pessoas jurídicas de direito público e as entidades privadas que prestam serviços públicos serão responsáveis pelos danos causados a terceiros por seus agentes, sendo garantido buscar o ressarcimento em face do agente, independentemente da comprovação de dolo ou culpa do agente.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL**

**33. Nos termos da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é CORRETO afirmar que:**

- a)** O princípio da proteção integral à criança e ao adolescente não consta de forma expressa no estatuto.
- b)** São garantidos todos os direitos fundamentais para todas as crianças e adolescentes, exceto aos estrangeiros.
- c)** O princípio da absoluta prioridade não se aplica na destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- d)** Segundo o estatuto, considera-se criança a pessoa até doze anos incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

**34. Conforme previsão na Lei de Improbidade Administrativa, são atos que atentam contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizadas, dentre outras, pelas condutas abaixo, exceto:**

- a)** negar publicidade aos atos oficiais.
- b)** praticar ato de publicidade de caráter educativo, informativo ou de orientação social.
- c)** revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- d)** deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

**35. Em relação ao serviço considerado defeituoso, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, é CORRETO afirmar:**

- a)** A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.
- b)** O fornecedor de serviços não responde pelos defeitos decorrentes de informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- c)** Considera-se defeituoso o serviço que adota novas técnicas.
- d)** O fornecedor de serviços será responsabilizado quando a culpa for exclusiva de terceiro.

**36. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a)** O Estatuto da Pessoa Idosa regula e assegura os direitos às pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.
- b)** É dever de todos zelar pela dignidade da pessoa idosa, colocando-a a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- c)** A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores.
- d)** Aos crimes previstos no Estatuto da Pessoa Idosa, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o rito sumaríssimo da Lei nº 9.099/1995.



**XIX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

---

**37. São legitimados a propor medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência, exceto:**

- a) Ministério Público.
- b) Defensoria Pública.
- c) Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista ou Fundação, independentemente de suas finalidades institucionais.
- d) União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

**38. Sobre a responsabilidade da pessoa jurídica nas infrações ambientais, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) As pessoas jurídicas não serão responsabilizadas penalmente por delitos ambientais.
- b) Não há previsão legal de prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica.
- c) São penas restritivas de direitos da pessoa jurídica: a suspensão parcial ou total de atividades; a interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; a proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.
- d) O patrimônio da pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime ambiental, não está sujeito ao perdimento, pois não pode ser considerado instrumento de crime.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 003/1994**

**39. Sobre os estagiários de direito do Ministério Público do Estado de Roraima, nos termos da Lei Orgânica, é INCORRETO afirmar:**

- a) São órgão auxiliares.
- b) A designação e a dispensa de estagiário é atribuição do Conselho Superior do Ministério Público.
- c) O estagiário que exercer as suas funções por no mínimo 1 (um) ano, com aproveitamento satisfatório, receberá certificado válido como título no concurso para ingresso na carreira do Ministério Público.
- d) É vedado ao estagiário exercer atividades relacionadas com advocacia, com funções judiciárias e policiais.

**40. Não é Órgão Superior do Ministério Público:**

- a) A Procuradoria-Geral de Justiça.
- b) O Colégio de Procuradores de Justiça.
- c) A Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- d) O Centro de Apoio Operacional.



**XIX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

**CADERNO DE PROVA – DISSERTAÇÃO**

**DIREITO CONSTITUCIONAL – DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS**

Disserte sobre direitos e garantias individuais, citando ao menos três desses direitos ou garantias, bem como analisando a inserção desse capítulo da Constituição Federal nas cláusulas pétreas.

01	
02	
03	R
04	A
05	S
06	C
07	U
08	N
09	H
10	O
11	
12	R
13	A
14	S
15	C
16	U
17	N
18	H
19	O
20	
21	R
22	A
23	S
24	C
25	U
26	N



**XIX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

---

27	H
28	O
29	
30	

